



**Processo:** Pregão Presencial 76/2022 PMN

**Pregoeira:** Franciele Justino

**Recorrentes:** Lind Guimar Machado EPP e Manoel João Francisco Filho EPP

**Recorrida:** BDE Eventos LTDA ME

## I – RELATÓRIO

As recorrentes já devidamente qualificadas nos apensos do processo licitatório se insurgem contestando o desfecho do certame 76/2022 PMN, alegando que, em suma:

- a) a recorrida não apresentou o anexo VII, que se refere à planilha de custos;
- b) a recorrida não apresentou atestado de capacidade técnica que supra o exigido em edital;
- c) a recorrida apresentou cartas de reserva de artistas em desacordo com o praticado no mercado.

Por fim, pretendem inabilitar e desclassificar a recorrida no processo licitatório.

A recorrida alega em contrarrazão, quanto ao item “a”, que não deixou de cumprir a exigência do item 4.3, nem falhou na apresentação da Planilha de Custos, pois ela não foi exigida para apresentação neste certame.

Quanto ao item “b”, a recorrida confirma que apresentou a contento “um atestado de capacidade técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Imbituba/SC cuja realizara o evento Festival Nacional do Camarão”. Ainda, utilizou-se das contrarrazões para anexar fotos do citado evento, bem como cópia do Termo de Contrato de Compra nº 03/2017 entre o Município de Imbituba e a empresa recorrida.

Quanto ao item “c”, a recorrida alega que apresentou as cartas de reserva conforme consta mandatório no Edital, sendo sua validade arraigada pela sua idoneidade, validando a contratação dos artistas em 72 horas após a homologação do contrato junto à Municipalidade.

## II – DO DISPOSITIVO

A alegação das recorrentes de que a empresa não apresentou a Planilha de Custos, constante no Anexo VII, frustra-se na falta de exigência determinativa em





edital. O Anexo VII está presente sim no Edital, porém em nenhum momento a apresentação deste se faz obrigatória, tendo em vista a inexistência de tal solicitação. A presença do Anexo VII se dá pela padronização utilizada na formalização dos documentos, no qual acabou por incluir o anexo, porém, como já explanado, no ordenamento do Edital não há em qualquer momento a obrigação de apresentar tal documento.

Vale observar e esclarecer o citado pela recorrente Manoel João Francisco Filho EPP, discorrendo que “a recorrente em outro procedimento licitatório neste mesmo município foi desclassificado no Pregão Presencial, por não ter apresentado junto a sua proposta a convenção coletiva, assim deve a administração agir sempre no mesmo sentido, ou seja não pode esta ter dois pesos duas medidas ou seja num procedimento licitatório desclassifica o licitante que não apresentou a convenção coletiva junto de sua proposta e no outro classifica quem se quer apresentou a planilha de formação de custos unitários e os documentos exigidos junto ao anexo VII”. Cabe aqui uma reflexão sobre o objetivo de tal citação: caluniar a Municipalidade utilizando-se de rito já finalizado, no qual a recorrente de forma alguma foi tolhida de seus direitos, porém falhou de fato na apresentação da documentação exigida naquele certame, no qual gerou sua inabilitação, escora-se agora no fato de naquele certame haver a citada obrigação documental e neste não havia, não leva em consideração a individualidade processual nem a diferenciação dos documentos em pauta, bem como as finalidades de cada contratação. Isto posto, percebe-se a iniciativa voluntária e unilateral da recorrente em argumentar contra e distorcer o entendimento do reto e correto, na aparente finalidade de justificar sua própria incapacidade julgando esta municipalidade como agente direcionadora do resultado ora ocorrido.

Não obstante a apresentação durante o certame do Atestado de Capacidade Técnica, emitida pela Prefeitura Municipal de Imbituba, Estado de Santa Catarina, a recorrida apresentou em suas contrarrazões acervo fotográfico e Termo de Contrato de Compra nº 03/2017 entre o citado Município e a recorrida, que elucidam os diversos inquirimentos levantados pelas recorrentes, amostrando que conseguiu de fato garantir todos os aspectos do evento, incluindo estrutura e organização. Ademais, uma breve pesquisa sobre o evento constante do Atestado da Capacidade Técnica, foi possível concluir que o mesmo foi de fato executado com sucesso, tendo o Município de Imbituba alcançado o resultado pretendido, que para esta municipalidade é o suficientemente comprobatório.

Sobre os questionamentos referentes às cartas de reservas, não compete à esta Municipalidade julgar o que é mais ou menos costumeiro do meio midiático para contratação das citadas atrações. O necessário para a Municipalidade é a comprovação do





comprometimento do artista, seja o próprio ou por representante, a formalizar sua convenção após finalizado os trâmites contratuais. Observa-se que somente a empresa recorrida conseguiu de fato apresentar tal documentação na íntegra, sendo inclusive temerária a argumentação das recorrentes sobre a validade de tais documentos.

### **III – MÉRITO**

Pelo exposto acima, julgo IMPROCEDENTE os recursos apresentados pelas recorrentes, mantendo-se a habilitação e classificação da empresa BDE Eventos LTDA ME.

**Encaminha-se o presente para a autoridade superior competente que ratifica a decisão.**

**Publique-se.**

É a decisão.

Navegantes, 25 de maio de 2022.

**Pregoeira:** Franciele Justino

**Equipe de Apoio:**

Keila Aparecida Paixão Fernandes

Isabel Dayane Cabral Monteiro

Gregory Couto

**Ratificando:**

**DITMAR ALFONSO ZIMATH**  
**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!